

Motivações e metas educacionais



MARCELO
CÔRTE
NERI

O "PAC Educacional" recém-lançado pelo governo federal coloca o tema educação básica no centro do debate e da ação pública através de dez pontos centrais, priorizando: professores através da criação de piso salarial nacional (1) e do acesso à chamada Universidade Aberta do Brasil para reciclagem (2); escolas através de infra-estrutura digital (3) e de acesso à luz elétrica e transporte (4); materiais escolares através de sua distribuição gratuita para todas as séries (5) e alunos, sejam adultos através da redefinição do programa Brasil Alfabetizado (6), sejam crianças através da análise de desempenho da Provinha Brasil, para tentar corrigir deficiências logo após o processo de alfabetização (7), do programa Pró-Infância (8). Dois outros pontos do novo pacote: a ampliação para a faixa etária dos 15 até os 17 anos dos beneficiados pelas condicionalidades educacionais do programa Bolsa Família (8). E por último, e talvez mais desafiador, a incorporação de condicionalidades de desempenho nas transferências de recursos do governo federal para Estados e municípios (9) a partir da cria-

ção do Índice de Desenvolvimento Educacional baseado no Censo Escolar e na Prova Brasil à nível de escola (10). O objetivo aqui não é discutir o mérito de cada um destes pontos frente aos enormes desafios e carências educacionais do país. Este é um tema amplo e complexo, objeto de seminário entre especialistas na FGV no dia 26 último, dando seqüência aos dois seminários internacionais sobre educação promovidos pela EPGE e pelo Centro de Políticas Sociais/IBRE (vide http://www4.fgv.br/cps/simulador/Site_Quali_BF/).

Oferecemos aqui uma discussão de alguns aspectos motivacionais do plano. Não basta parar o olhar nas propriedades intrínsecas da política educacional, como o potencial retorno de ações específicas: é preciso enxergar como estas informações chegam às pessoas e como elas transformam estas informações em decisões. Ações de difusão de informação pelos diversos níveis de governo e pela sociedade civil são especialmente bem-vindas. Por exemplo, a literatura social concluiu há tempos sobre o poder explicativo central da educação na alta desigualdade brasileira. Agora falta ao pai de família e ao jovem estudante brasileiro tomarem ciência do poder transformador da educação em suas vidas, como os altos impactos em empregabilidade e salário observados no contexto brasileiro. Precisamos acima de tudo que se eduque a população sobre a importância da educação. Sem o prota-

gonismo dos principais interessados, não há solução educacional que se sustente.

O suplemento de educação da Pnad permite enxergar as motivações daqueles que estão fora da escola e iluminar o foco do desenho das políticas nas necessidades e percepções de quem interessa. Dividimos as motivações em quatro grupos, a saber: dificuldade de acesso (oferta), necessidade de trabalho e geração de renda (demanda), falta de interesse intrínseca (demanda) e outros motivos. As razões associadas à dificuldade de oferta de se chegar na escola por distância ou dificuldade de acesso atinge 31,3% das crianças de 10 a 14 anos e 10,9% daquelas entre 15 e 17 anos. Outros motivos residuais para a evasão escolar são igualmente importantes nos dois grupos etários, em torno de 20%. Ou seja, o problema da faixa de 15 a 17 anos que deveria estar mas não está no ensino médio é a baixa demanda, que explica a alta evasão em quase 70% dos casos, segundo a própria clientela não atendida pela escola.

As primeiras razões de demanda são aquelas ligadas à necessidade de geração de renda, atingindo 10,6% das crianças de 10 a 14 anos e 23% daquelas entre 15 e 17 anos. Portanto, dando suporte à linha que está sendo proposta pelo plano de estender a idade máxima dos subsídios educacionais do Bolsa Família de 15 para 17 anos. Exercícios contrafactuais indicam que, um rapaz afrodescendente pobre de 17 anos, se passasse a receber os incentivos do Bolsa Família, a probabilidade de eva-

são dele cairia de 9,3% para 4,1%. Há que se notar a mais alta prevalência de outras razões intrínsecas, a falta de demanda por escola do tipo "não quero" nos dois grupos etários: 37,7% de 10 a 14 e 45,1% de 15 a 17 anos, ou seja a falta de percepção sobre o papel da escola nas suas vidas é particularmente alta. Este é o dado a ser ressaltado.

O recém-lançado suplemento da Pnad sobre informática indica que dois terços dos estudantes de 15 a 17 anos não têm acesso a rede de computadores e o principal motivo alegado para a exclusão digital é de oferta, associado à não existência de

O estudante deve tomar ciência do poder transformador da educação, como altos impactos em empregabilidade e salário observados no contexto do país

computador ou ao seu custo muito alto. No total, 79% da população brasileira não usa a internet mas, daqueles que usam, a principal motivação para utilização da internet é aprendizado e estudo (71,1%). A literatura empírica no Brasil ainda não precisou o impacto da internet sobre a nota dos estudantes mas, tomando os dados a valor de face, o potencial de atração exercido pela internet ao jovem na escola é grande. Mais do que isso, o computador na escola pode ser fundamental na interação do MEC na sua função de agência reguladora (e moti-

vadora) com as redes e escolas, oferecendo informações e serviços em escala nacional.

Olhando para a motivação de outros atores do processo educacional, além dos pais e filhos. A criação de um sistema de metas educacionais prevista no plano guarda a promessa de motivar prefeitos e governadores. Uma dificuldade da educação está no longo tempo de maturação do investimento, para além do mandato dos políticos. Outra dificuldade é o fato de ela se voltar predominantemente à população abaixo da idade de voto (e de estudo). Pesquisa nossa demonstra a existência de ciclos políticos em programas de transferência de renda que crescem em anos eleitorais para pessoas acima da idade de voto. Estas limitações sugerem a participação ativa da sociedade civil, como no Compromisso Todos pela Educação, e a imposição de metas com prêmios às unidades gestoras da rede de ensino por desempenho como o pacote parece apontar. É preciso sair do modelo com vinculação de gastos e irrelevância do desempenho escolar na distribuição dos recursos públicos. Se o Bolsa Família cobra desempenho escolar de famílias pobres, por que gestores (e professores) podem ficar a margem de incentivos similares?

Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, é autor de "Retratos da Deficiência", "Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas" e "Ensaio sociais".
E-mail: mcneri@fgv.br